

**Documentos e Instrumentos de pesquisa de História Indígena e do Indigenismo
d'Aquém e d'Além-Mar Atlântico: uma discussão “necessária, urgente e inadiável”**

Juciene Ricarte Apolinário¹

Nas últimas décadas, sem dúvida alguma, a história dos povos indígenas no Brasil, passou a ter maior atenção nos projetos selecionados e desenvolvidos nos programas de pós-graduação em História em todo o Brasil, ainda que, em menor proporção em relação aos temas e problemas nas diferentes temporalidades e espacialidades da história nacional.

As fontes documentais, assim como, a prática da história indígena e do indigenismo passaram a ser revisitadas e valorizadas com mais propriedade a partir de 1980. E esta conquista deve-se as lutas dos grupos étnicos e intelectuais que passaram a reivindicar do governo brasileiro, política pública de valorização das suas histórias, memórias e práticas culturais. Lutas estas que tiveram êxito ao serem contempladas na Constituição de 1988. Povos que gritavam aos quatro cantos da nação brasileira de que estavam presentes e tinham “futuro”, e que aspiravam novas pesquisas que ressignificassem o passado, especialmente, os primeiros contatos com os conquistadores europeus.

Em séculos anteriores a questão indígena era um apêndice de uma história político-administrativa da América Portuguesa, pois os grupos étnicos nativos eram repetidamente descritos pela historiografia nacional como “gentios”, “bárbaros” e “não-civilizados”, reproduzindo os pensamentos, linguagens e impressões eurocêntricas monumentalizadas em espécies documentais como: consultas, cartas, requerimentos que tentavam silenciar as agências indígenas. Mas como afirma Eni Pulcinelli Orlandi (1990) porque se repete sempre “X” nos discursos colonizadores para não se dizer “Y”. Ou melhor, “... o que não é falado significa”, ou seja, o silêncio não está desprovido de sentido, pois se origina do fato de que a linguagem é política e todo poder que se percebe na escrita é acompanhado de um silêncio em uma trama simbólica que permeiam os discursos.

Por muito tempo os povos indígenas não tinham visibilidades nos trabalhos vinculados a História do Brasil, a não ser, como parte da ordem colonial. Ou melhor, não se dava destaque enquanto sujeitos atuantes e decisivos diante das imposições dos projetos coloniais

¹Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG. Membro do Laboratório de Estudos Étnicos da UFCG, líder do Grupo de Pesquisa História, Meio Ambiente e Questões Étnicas e Coordenadora do Projeto Nacional “Projeto Catálogo Geral dos Manuscritos Avulsos e em Códices referentes à História Indígena e Escravidão Negra do Brasil”

dos colonizadores. Portanto, para a historiografia tradicional os indígenas “na condição de escravos ou submetidos, aculturavam-se, deixavam de serem índios e desapareciam de nossa história (ALMEIDA, 2010, p 14.).

Mesmo que alguns historiadores tenham tido acesso por diversas vezes os documentos avulsos e em códices de arquivos nacionais e estrangeiros, entre estes últimos cito o Arquivo Histórico Ultramarino, os documentos que reportavam aos indígenas eram invisibilizados. Liam-se, verbetavam, transcreviam documentos na sua maioria que tratavam da administração portuguesa e das lutas internas da colônia em que os protagonistas eram, na sua maioria, não-indígenas. Sendo assim investiram no “desaparecimento” do protagonismo dos povos indígenas nas pesquisas históricas e impuseram o “silenciamento” das fontes documentais que estavam à espera de serem levantados, catalogados, disponibilizados e problematizados nas prateleiras e gavetas dos arquivos históricos *d'Aquém e d'Além-Mar Atlântico*.

As variadas fontes históricas, mesmo que originárias dos interesses dos colonizadores, tratavam e tratam de vozes dissonantes de importantes e reais sujeitos da história da América Portuguesa que são os homens e mulheres indígenas. Estes seres humanos souberam construir e ressignificar as suas práticas culturais de acordo com as suas diferentes etnicidades e situações impostas pela política indigenista como descimentos, missões, aldeamentos, administrações, escravizações, entre outras. Retomar a temática do “desaparecimento” e “silenciamento” dos povos indígenas na perspectiva documental, e para muitos no mínimo um contra-senso diante de todo o aparato tecnológico no campo da gestão documental, especialmente, microfilmagem, digitalização e sistemas de informação e difusão de acervos. Mas como afirma Maria Sylvia Porto Alegre (1998)

... é uma necessidade urgente e inadiável. Não só para o bem da verdade histórica e o conhecimento mais adequado do nosso passado, mas para a reparação das injustiças que foram e continuam a ser cometidas contra os povos indígenas no Brasil. Naturalmente, esse não poder ser um projeto individual ou mesmo de um grupo restrito de colaboradores, pois implicam em rever conceitos tão abrangentes como raça, etnia, cultura, contato, identidade, mudança, tradição, memória e usar métodos que incluam a pesquisa documental, atno-história, a história oral e a etnografia...

Concordo com Porto Alegre, as conquistas nas produções e desenvolvimento de projetos histórico-documentais que passaram a levantar, diagnosticar, inventariar, difundir e disponibilizar as fontes de história indígena e do indigenismo só foram possíveis através de

esforços conjuntos e interdisciplinares, especialmente, entre pesquisadores dos campos da história e da antropologia, combinando uma visão antropológica com uma visão diacrônica do passado (GRUZINSKI, 2007:198). Pesquisadores estes que tomando caminhos alternativos ou combinados passaram a trazer importantes aportes conceituais, metodológicos e interdisciplinares objetivando revelar diferentes fontes históricas, que possibilitariam e possibilitam um “revisionismo” acerca das relações interétnicas entre indígenas e não-indígenas ao longo do território brasileiro.

É importante destacar, que a valorização da história indígena no Brasil, a partir de 1980, significou repensar a política indigenista portuguesa, entre as experiências coletivas que abrangiam tanto a administração metropolitana e todo o seu aparato legislativo, institucionalmente delimitado na abrangência do Estado Absolutista português, quanto às situações coloniais provocadas por interesses de grupos indígenas diversos.

Estudos desenvolvidos por pesquisadores como, Manuela Carneiro da Cunha (1992), John Manuel Monteiro (1994), Maria Celestino de Almeida (2003) entre outros e outras passaram a valorizar as variadas espécies documentais de diferentes acervos arquivísticos nacionais e do exterior, legando aportes metodológicos ao campo da história que possibilitaram novos temas e problemas. São perceptíveis nas obras dos citados pesquisadores, as inusitadas dimensões culturais, políticas e históricas construídas pelos mais diversos grupos indígenas no processo de contato com a sociedade não-indígena, sejam de origem européia e afro-descendentes. Perceberam também, que os indígenas submetidos ao sistema de aldeamentos coloniais criaram um tipo de comunhão étnica que se traduziu na ação política em comum e no sentimento subjetivo de comunidade (ALMEIDA, 2003)

John Manuel Monteiro, ao tratar do que ele denominou de “Historiadores dos Índios”, elucida que não é tarefa fácil identificar, documentar e interpretar os eventos, processos e percepções que envolveram as populações indígenas, haja vista que a documentação trata, na sua maioria, das visões dos colonizadores. “Até mesmo algumas posturas historiográficas desqualificam os índios enquanto atores sociais legítimos” (MONTEIRO, 1999). No entanto, até mesmo a negação e silenciamento, como já se asseverou, explícita na documentação colonial, tornam-se vestígios e sinais para se repensar as ações políticas dos povos indígenas, reavaliando as relações sociais que os diferentes atores nativos criaram a partir do pós-contato (APOLINÁRIO, 2006:36).

O legado dos primeiros instrumentos de pesquisa pró história indígena e do indigenismo no Brasil

Retomo a discussão acerca da história indígena e do indigenismo valorizando as palavras de Manuela Carneiro da Cunha (1992), “... Ter uma identidade é ter uma memória própria”. Por este motivo que a recuperação de documentos e sua difusão para a possibilidade da prática da história é um direito fundamental, “Direito a Informação” proclamada pela UNESCO e referendada pelo Estado brasileiro. O reaver da memória histórica dos grupos étnicos é na Constituição de 1988, o embasamento dos direitos territoriais indígenas e a garantia de suas terras. Melhor dizendo, os direitos especiais dos povos indígenas sobre as suas terras “derivam de suas situações históricas” (CUNHA, 1992: 22), sejam fundamentadas por documentos escritos, materiais etnográficos e/ou transmitidas por tradição oral, em destaque as línguas ameríndias em que é possível a formulação de problemas sobre a localização de diferentes povos em diversos momentos do passado (PERRONE-MOISÉS, 1992:87).

A importância da preservação e acessibilidade da memória indígena no Brasil em qualquer suporte, transcende aos interesses individuais, administrativos e políticos, pois a memória histórica e direito a informação dos povos diferenciados que compõe uma nação, representa o alicerce e valorização de toda a sociedade. Destarte, todos os seres humanos devem ter suas memórias guardadas e preservadas, daí o valor do documento escrito, entre tantos outros.

Tratando de direito a informação, devem ser lembrados e homenageados as iniciativas de pesquisadores que não só legaram as escritas inovadoras da história sobre os povos indígenas no Brasil, mas colaboraram com a democratização e preservação da memória dos nossos grupos étnicos. São iniciativas individuais e coletivas que possibilitaram o diálogo da história com os aportes teórico-metodológicos de outros saberes como é o caso da Arquivologia.

Inicialmente destaco a importância dos instrumentos de pesquisa como Guias, Inventários e Catálogos que fazem parte do método dos métodos e técnicas da Arquivologia, mas que são indispensáveis ao historiador. E “... este terá sempre, como elemento-chave e determinante ao exercício de seu ofício, as fontes pelas quais opta e com as quais interage para levar a efeito seu trabalho” (BOSCHI, 2007:26).

A proposta desta comunicação é, entre outras coisas, apresentar a potencialidade dos documentos arquivísticos, difundidos em importantes instrumentos de pesquisa que passaram a incentivar a utilização da massa documental sobre a questão indígena. Destaca-se

Pesquisadores como John Manuel Monteiro nos legou um dos mais importantes instrumentos de pesquisa vinculado a temática indígena que foi o *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros - acervos das capitais*. Esta obra foi editado pelo Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP e publicado com o apoio da FAPESP em 1994. Um importante trabalho no campo da pesquisa-documental e da arquivologia que permitiu um mapeamento panorâmico dos documentos respeitantes a questão indígena encerrados nas capitais brasileiras. No referido guia constam todos os dados básicos necessários para orientar os consulentes, desde as informações práticas, tais como o endereço, da instituição, os telefones, o horário de atendimento etc, até as informações específicas sobre o acervo, como, por exemplo, os fundos e as coleções que ele possui seu nível de organização, as condições físicas e jurídicas do acesso.

Este instrumento de pesquisa foi e é, reconhecidamente, a maneira mais rápida e mais eficiente disponibilizado aos pesquisadores da temática indígena. Permitindo uma visão global dos acervos arquivísticos brasileiros. Monteiro organizou um Guia que propiciou uma visibilidade aos acervos antes desconhecidos e/ou esquecidos. Seu impacto sobre pesquisas antropológicas e históricas foi visível no número de monografias, dissertações e teses surgidas nos programas de pós-graduação em história nos diferentes estados brasileiros, após a publicação deste instrumento de pesquisa.

Foram quatro anos de extenuante pesquisa, envolvendo pesquisadores de diferentes universidades brasileiras num esforço que, além de interinstitucional foi também interdisciplinar, bem como um financiamento considerável, conseguido junto à FAPESP, para que o *Guia de fontes* pudesse ter uma abrangência nacional (GRUPIONE, 1995).

Outro instrumento de pesquisa publicado em 1994 foi o *Documentos para a História Indígena no Nordeste* organizado por Maria Sylvia Porto Alegre, Marlene da Silva Mariz e Beatriz Góis Dantas. Pesquisadores colaboradores neste projeto vasculharam acervos do Ceará, Rio grande do Norte e de Sergipe resumindo, indexando e transcrevendo documentos respeitantes a temática indígena. Este trabalho foi uma continuidade do *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros - acervos das capitais*. A proposta era tornar mais acessível aos pesquisadores à documentação existente nos arquivos locais

nordestinos de difícil acesso e consulta devido às precárias condições dos acervos (ALEGRE MARIZ & DANTAS, 1994). Este instrumento de pesquisa está organizado em duas partes : na primeira é traçado um breve panorama do contexto histórico da colonização no sertão nordestino, em que se dá o contato com os povos indígenas. Posteriormente, é realizado uma análise da historiografia indígena e suas fontes. No segundo momento é apresentado o repertório dos documentos e um índice temático e topográfico.

É importante também destacar o instrumento de pesquisa, “Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro . Volumes I e II publicado em 1995. Este guia foi produzido durante dois anos – de setembro de 1992 a setembro de 1994, composta por uma equipe de dedicados bolsistas coordenados pelo estudioso da causa indígena, Prof. José Ribamar Bessa Freire do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ. Este com os seus alunos bolsistas arrolaram uma infinidade de acervos documentais na cidade do Rio de Janeiro. Utilizando-se do padrão internacional de diagnóstico de arquivos. Baseou-se na coleta de informações, a partir de um modelo de questionário, contemplando os dados cadastrais da instituição responsável pela custódia do acervo, o histórico do conjunto documental, suas datas-limites e dimensões, seu estágio de tratamento , entre outras informações importantes aos pesquisadores interessados pela temática indígena no Brasil, encerrados nos arquivos do Rio de Janeiro.

A proposta de um catálogo de documentos de história indígena de Jézus Marco de Ataídes com a obra, Documenta Indígena do Brasil Central (2001), refere-se a um inventário sobre a documentação indígena existente no Estado de Goiás. Os trabalhos partiram do Projeto “Banco de Documentação Indígena do Brasil Central”. O objetivo principal era “salvaguardar”, nos principais arquivos goianos as informações sobre que viviam e ainda vivem no Brasil Central. Vinculado a isto pretendia-se estimular a temática indígena nas escolas públicas e privadas. A organização do catálogo seguiu uma metodologia a partir de uma ficha –padrão usada para registrar informações como : identificação, assunto, tipo documental e local de acesso.

Destacável também é o catálogo sobre a documentação textual do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), referentes aos Povos Indígenas da Bahia (2002). Resultado de um trabalho sistemático de pesquisadores como Sônia Otero Coqueiro, Maria Elizabeth Brea Monteiro, Sheila Maria Guimarães de Sá e Carlos Alberto Montes Perez que através de um trabalho sistemático de recuperação e sistematização de documentos estabeleceram uma política efetiva de gerenciamento da informação no Museu do Índio.

Gestado e elaborado pela citada equipe do Museu do Índio, o projeto de indexação dos documentos textuais do SPI seguiu regras rigorosas das áreas dos conhecimentos envolvidos, a saber: Arquivologia, Ciências Sociais e Humanas. Foram elaboradas 1.400 fichas-resumo manuscritas. Como respalda José R. Bessa Freire (2001) ao prefaciar o Catálogo: “ Os índios que aparecem na documentação desse catálogo não só passaram a existir, como também adquiriram voz [deixaram de estar silenciados]. [...] É possível ouvir o que dizem, recuperando as suas palavras, registradas na documentação inventariada”.

Fontes para a História Indígena do Brasil Colonial microfilmados e digitalizados através do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco no além mar Atlântico

O Projeto Resgate “Barão do Rio Branco” de Documentação Histórica sobre o Brasil Colônia Existente no Exterior, com ênfase em Portugal, ora em processo de finalização, e que tivemos a honra de participar, conseguiu microfilmear, na íntegra, cada conjunto documental referente à história colonial brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino. Foram mais de 110 instituições públicas e privadas, brasileiras e portuguesas e mais de 100 pesquisadores envolvidos (FERREIRA, 2007).

Portugal consentiu que investigadores tratassem, catalogassem e microfilmassem as mais de 28 séries que dizem respeito às diversas capitanias brasileiras, bem como séries que abrangem outras áreas do império português, e que direta ou indiretamente se interligam com o Brasil por questões econômicas, administrativas, políticas ou por laços de parentesco entre os diversos agentes da governação portuguesa no Brasil e no ultramar lusitano.

Os verbetes elaborados antecederam os fotogramas em um processo moderno de microfilmagem sistêmica. “Continuamente os verbetes-resumos foram complementados e revistos, a fim de facilitar os trabalhos que se dedicaram a pesquisar, não mais sobre os originais manuscritos, mas sobre os rolos de microfilmes ou os CD-ROMs (BERTOLLETTE, 2002)”.

Estima-se em mais de três milhões de páginas manuscritas só dos documentos já microfilmados e/ou digitalizados em nove países, sendo que cerca de dois milhões de páginas

são fruto de pesquisa efetuada só em Lisboa, no Arquivo Histórico Ultramarino, o que se comprova com a efetiva publicação dos Catálogos em 23 títulos com um total de 64 volumes. Toda a documentação foi transferida para 316 CDs a partir dos dois mil e quatrocentos e noventa rolos de microfimes, trazidos de Lisboa em 4 conjuntos de duplicados. E ainda hoje nos surpreendemos com a “descoberta” em Lisboa de resíduos da antiga documentação do Conselho Ultramarino que ficou “deixada” para trás, nas transferências realizadas nos anos 30 como o recente conjunto de caixas, felizmente já todas catalogadas e microfilmadas, inserindo-se assim no conjunto documental ao qual pertenciam, completando assim a série do Conselho Ultramarino (BERTOLLETTE, 2010).

Como já foi dito o Projeto Resgate se desenvolve no Arquivo Histórico Ultramarino. Este importante espaço de memória de Portugal foi criado em nove de junho de 1931, pelo Decreto nº 19.868, o Arquivo Histórico Ultramarino está instalado no Palácio da Egas em Lisboa e guarda a documentação sobre todas as colônias portuguesas, como Moçambique, Angola, Cabo Verde e ilha da Madeira. De acordo com Maria Luísa Meneses Abrantes,

A criação do AHU obedeceu à necessidade de reunir, num só local, em boas condições de conservação e segurança, toda a documentação relativa à administração ultramarina portuguesa, que se encontrava dispersa por vários organismos, de forma a que pudesse ser tratada tecnicamente, para ser posta à disposição do público em geral e divulgada a informação nela contida... (ABRANTES, 1997).

A maior coleção, porém, compreende os documentos referentes às antigas capitâneas brasileiras. São papéis que abrangem desde o regimento decretado em 1548 por Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral do país, até os últimos despachos emitidos pela administração portuguesa no Brasil.

A base documental do AHU foi organizado a partir dos arquivos do Conselho Ultramarino e da Secretaria da Marinha e Ultramar. São tipos documentais (leis, regimentos, instruções, mapas, etc.) concernentes aos mais de trezentos anos da colonização (administração colonial) portuguesa no Brasil. A documentação manuscrita, que faz parte principalmente dos fundos do Conselho Ultramarino (séc. XVI a 1833) e da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (1834 a 1910), refere-se a uma variedade de assuntos, tais como: legislação para a administração dos territórios brasileiros; levantamentos geográficos e topográficos; colonização, povoamento e concessão de terrenos; construção de

obras públicas, religiosas, civis e militares; demarcação de fronteiras; defesa de territórios; explorações de recursos naturais e agrícolas; explorações marítimas e terrestres; saúde e saneamento; transportes e comunicações; relações de guerra, diplomáticas e consulares; tráfico de escravos; educação, história indígena (FREIRE, 2003).

Os documentos mais importantes do Arquivo Histórico Ultramarino são, sem dúvida, os que constituem o fundo do Conselho Ultramarino. Este organismo implantado por decreto de 14 de julho de 1642, pelo rei D. João V para ampliar as bases da sua empresa colonizadora. Este Conselho substituiu o Conselho da Índia. ‘Eram da sua competência todas as matérias tocantes aos Estados da Índia, Brasil e Guiné. Ilhas de São Tomé e Cabo Verde, e todas as partes ultramarinas, tirando as Ilhas dos Açores, Madeira e lugares da África (GILSON, 2007).²

De acordo com Eloisa Liberalli Bellotto o número maior entre os tipos documentais são os “requerimentos, representações, cartas e consultas, e no da Secretaria de Marinha, o de ofícios” (BELLOTO, 2007). Estes documentos colocam em foco inúmeros aspectos da vida colonial brasileira: atos administrativos, medidas judiciais, relatos de viagens, figurinos militares, códices de plantas e de animais e especialmente a história dos primeiros contatos entre povos indígenas e colonizadores luso-brasileiros.

Novos problemas e ressignificações diante da documentação de além-Atlântico: o caso da história indígena

Conforme a região do país há casos em que 90% da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino era desconhecida. Muitas vezes, grandes lacunas comprometiam o estudo de determinada temática vinculada às antigas capitanias brasileiras, como é o caso da história indígena e do indigenismo. A partir da documentação disponibilizada no Brasil pelo Projeto Resgate, vários temas da história colonial passaram a ser ressignificados, entre os quais a história indígena e escravidão negra. Mesmo sendo oficial, a documentação registra passagens do cotidiano colonial, especialmente através da documentação anexa aos processos jurídico-administrativos, antes pouco valorizados pelos pesquisadores que tinham a oportunidade de ter acesso a documentação em terras lisboetas.

² REIS, Gilson Sérgio. Conselho Ultramarino. In. História Digital/Universidade de Brasília, Centro de Memória Digital. Ano 1, n 1 (jan 2007), Brasília: UNB, 2007, p. 79.

Através de pesquisas pacientes e perspicaz, diversos trabalhos surgidos nos programas de pós-graduação em história em todo o Brasil, vem se legando aportes novos, através da documentação microfilmada e digitalizada pelo Projeto Resgate. Aportes estes que ilumina trechos obscuros da história colonial da América Portuguesa, ao esmiuçar a trajetória dos povos indígenas, marcadas pelas posturas dos colonizadores quanto pelas agencias indígenas. Histórias de homens e mulheres indígenas e colonizadores portugueses revelando a enorme riqueza documental encerrado no Arquivo Histórico Ultramarino e, na atualidade, democratizado em todos os estados brasileiros sejam em arquivos históricos, centros de documentação e/ou em universidades públicas e privadas.

Documentação, enormemente, diversificada em tipos documentais a espera de historiadores e cientistas sociais que problematizem a história dos primeiros contatos interétnicos entre indígenas e luso-brasileiros. História esta cada vez mais potencializada pelos resultados do Projeto Resgate, o qual tornou mais visíveis e acessíveis as fontes portuguesas referentes á história colonial (MONTEIRO, 2006).

A volta ao passado dos primeiros contatos entre povos indígenas e colonizadores subsidiado pelas fontes históricas disponibilizadas pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco, possibilita a análise dos processos combinados de ações indígenas sejam guerras, alianças, pacificações e adaptações. Com relação a esta última prática política, Mary Louise Pratt assevera que se não há possibilidades dos povos subjugados “controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que utilizam” (PRATT, 1999).

A partir do Projeto Resgate foi elaborado e está sendo desenvolvido o subprojeto temático **“Projeto Catálogo Geral dos Manuscritos Avulsos e em Códices referentes à História Indígena e Escravidão Negra do Brasil”** sob a minha coordenação e colaboração de pesquisadores do campo da história indígena e da escravidão negra como Fátima, Martins Lopes (UFRN), Maria Elizabeth Brea Monteiro (Arquivo Nacional) e Luciano Mendonça de Lima (UFCEG) e de diversos bolsistas de iniciação científica. Apoiado pela Diretoria de assuntos Internacionais do Ministério da Cultura, Universidade Federal de Campina Grande e pela Petrobrás Cultural, o Projeto objetiva pesquisar, catalogar e organizar duas coleções de documentos manuscritos referentes à história indígena e escravidão negra, com a criação de verbetes e índices com bases teórico-metodológicas oferecidas pela História, a Antropologia e

a Arquivologia, para posterior publicação nos chamados Livros-Catálogos. Sim, pois além de serem produzidos a partir de milhares de resumos-verbetes sobre as questões indígenas e de escravidão negra, trarão textos de historiadores que deixarão suas impressões acerca dos documentos digitalizados e democratizados em suportes DVDs.

Diante do exposto, será possível a difusão das citadas fontes históricas nos espaços de memória e universidades de todos os estados brasileiros, facilitando o acesso aos documentos coloniais que tratam dos povos indígenas em todo território nacional.

A releitura dos verbetes produzidos pela equipe de brasileiros e portugueses do Projeto Resgate, referentes às capitanias brasileiras, necessita de um trabalho minucioso e dedicado. Após a releitura dos verbetes serão selecionados através de métodos histórico-antropológicos e da arquivologia, os que tratam da questão indígena e da escravidão negra, com a preocupação de se retornar ao documento sempre que necessário. Sim, pois ao passo que todos os verbete elaborados no âmbito do Projeto Resgate, forem lidos, logo serão elencadas as fontes históricas que tratam das temáticas em destaque para este Projeto.

Para além dos documentos verbetados, dar-se-á atenção adequada também aos documentos anexos que trazem, em sua maioria, dados sobre a colônia, necessários para dar suporte às decisões metropolitanas. É nessa documentação anexa que se encontra a maior parte das informações de teor histórico e etnológico, esse último para as questões indígenas. Após a leitura do conjunto documental, serão indicados descritores temáticos de bases histórico-antropológico, suficientemente amplos para classificar a informação com menor incidência de erros ou vícios de interpretação, vinculando-os, em diversos casos, a subdescritores que expressem conteúdos específicos extraídos dos documentos, incluindo, sempre que aplicável alguns de interesse etnológico no caso dos povos indígenas. Tais descritores serão construídos *pari passu* com a leitura e de acordo com a análise dos textos documentais.

Os catálogos serão produzido cronologicamente e por unidades de trabalho, que não são exatamente correspondentes às regiões geográficas atuais, pois as capitanias serão agrupadas por aproximações históricas de formação e/ou administração. Tais unidades serão trabalhadas por pesquisadores aos familiarizados com os documentos coloniais, conhecedores e interessados em história indígena em razão de trabalhos prévios.

As unidades de trabalho ficam assim dispostas:

1) Região Norte e Nordeste:

Unidades de trabalho:

Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará

Bahia, Sergipe

Piauí

Amazonas, Pará e Maranhão

2) Região Centro Oeste:

Unidades de trabalho:

Goiás e Mato Grosso

3) Região Sul e Sudeste

Unidades de Trabalho:

Minas Gerais

Rio de Janeiro e Espírito Santo

São Paulo

Santa Catarina e Rio Grande do Sul

Por fim a captação de imagens já microfilmadas e digitalizadas.

Considerações finais

Como já se asseverou a historiografia brasileira vem, nos últimos anos, despertando para a questão indígena, abrindo discussões críticas, construindo novas concepções que revisaram e revisam os planos teórico-metodológicos tradicionais acerca da história indígena. Uma compreensão das sociedades e culturas indígenas não pode, portanto, passar sem uma reflexão e recuperação críticas de sua dimensão documental que são preservados nos acervos arquivísticos d'**Aquém e d'Além-Mar Atlântico**. Estudos com base na reavaliação ou na análise contextualizada da documentação vêm mostrando uma nova visão do papel e da atuação das populações indígenas ao longo processo de contato e de “convivência”, nem sempre pacífica, iniciado com a expansão européia.

O que se propõe com os estudos de história indígena e a preservação e difusão da sua memória é considerar os índios como sujeitos históricos plenos, o que significa inserir esses sujeitos em eixos espaços-temporais e relacioná-los a conjuntos específicos de atores sociais, com valores e estratégias sociais bem determinados ao longo da história. Para este fim o acesso às fontes históricas coloniais respeitantes a história indígena divulgados pelos guias e catálogos produzidos desde a década de 1090 e os documentos microfilmados no âmbito da execução da execução do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, garante maiores inclusões e análises de fontes inéditas sobre a referida temática. Sim, pois muitos documentos que estão anexados a processos jurídico-administrativos das diversas capitanias do Brasil Colonial, digitalizados no âmbito do Projeto Resgate, serão lidos e catalogados para compor a coleção

de verbetes e imagens documentais como resultado do “Projeto Catálogo Geral dos Manuscritos Avulsos e em Códices referentes à História Indígena e Escravidão Negra do Brasil”.

Referências bibliográficas

ALEGRE, Maria Sylvia Porto; MARIZ, Marlene da Silva e DANTAS, Beatriz Góis. **Documentos para a História Indígena no Nordeste**. São Paulo, FAPESP, 1994

ABRANTES, Maria Luísa Meneses. Fontes para a história do Brasil colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. In: **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v.10, nº 1, p. 17-28, jan/jun 1997.

ALEGRE, S. M. P. **Rompendo o silêncio por uma revisão do desaparecimento dos povos**. In: Ethnos. Revista Brasileira de Etnohistória. Ano II. Nº 2. Recife, 1999.

ALMEIDA, Maria Celestino de. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas**: identidades e cultura nas aldeias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 261.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do Sertão**- Políticas indígenas e indigenistas no norte da capitania de Goiás. Goiânia< kelps, 2006.

ATAÍDES, Jézus Marco de (Org). Documenta indígena do Brasil. Goiânia: Ed. Da UFCG, 2001.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Em busca de recuperação do passado**. Memória Eletropaulo. São Paulo: Abril-Jun, 1992.

_____. Glossário das Espécies Documentais. In. **História Digital/Universidade de Brasília, Centro de Memória Digital**. Ano 1, n 1 (jan 2007), Brasília: UNB,2007.

BERTOLLETI, Esther Caldas. Novas tecnologias facilitam a pesquisa histórica: a experiência do Projeto Resgate – “Barão do Rio Branco”. In: **Revista Fontes**, Ano 1-Nº1, maio de 2002.

COQUEIRO, Sônia O. (org.) Museu do Índio. Povos Indígenas no Sul da Bahia. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002.

FERREIRA, Jucá. Discurso de Abertura do I Congresso Internacional Resgate. In: **História Digital**/Universidade de Brasília, Centro de Memória Digital. Ano 1, n 1 (jan 2007), Brasília: UNB,2007.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro**. Volume I. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1995.

_____. **Vozes indígenas na documentação do SPI**. In: COQUEIRO, Sônia O. (org.) Museu do Índio. Povos Indígenas no Sul da Bahia. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002.

GRUZINSKI, História dos Índios na América: abordagens interdisciplinares e comparativas. In: **Revista Tempo**/Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. Vol 12, nº 23, jul. – dez. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2007.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: e bandeiras nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em arquivos brasileiros**: acervos das capitais. São Paulo, USP/FAPESP, 1994.

_____. **Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios**. In: NOVAES, Adalto (org.). **A Outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. Prefácio. In: APOLINÁRIO, Juciene. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão: políticas indígenas e indigenistas, século XVIII**. Goiânia: Kelps, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à Vista**: discurso do confronto. Velho e Novo Mundo. São Paulo: Pontes, 1999.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Livres e Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: UDUSC, 1999.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. **História Digital**. Brasília: Centro de Memória Digital. Ano 1, n.1 (jan.2007).